

PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

II RELATÓRIO SEMESTRAL DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO PSF

julho 2014



Índice

1. Introdução	3
2. O Empréstimo	5
3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro	5
4. Execução da Receita e Despesa	17
5. Balanço	19
6. Demonstração de Resultados	20
7. Endividamento	21
8. Anexos	25

1. Introdução

Durante o segundo semestre de 2013, foi publicada a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que veio estabelecer o novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, estipulando como data de entrada em vigor o dia 01 de janeiro de 2014. No entanto, o artigo 86.º desse diploma legal determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho.*

Considerando que o Plano de Saneamento Financeiro (PSF), aprovado pela Assembleia Municipal em 30 de dezembro de 2011, sofreu vários ajustamentos, sendo que o último foi aprovado pelo órgão executivo a 11 de março de 2013 e visado pelo Tribunal de Contas a 13 de março de 2013, apresenta-se o segundo relatório semestral elaborado à luz da Lei n.º 2/2007 e do Decreto-Lei n.º 38/2008 na sua atual redação.

Conforme decorre do disposto na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007 - Lei das Finanças Locais (LFL), *os órgãos executivos, durante o período do empréstimo ficam obrigados a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro (...) e remetê-los, para apreciação, aos órgãos deliberativos.*

De referir que o primeiro relatório semestral de acompanhamento compreendeu o período de março a setembro de 2013, contudo e de acordo com os esclarecimentos prestados pela Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), foi manifestado entendimento que os relatórios semestrais devem ser elaborados procurando coincidir o período de análise com os semestres do ano civil. Neste sentido, como forma de suprir o período de outubro a dezembro que não foi objeto de análise no primeiro relatório anexa-se a demonstração do cumprimento do PSF incluída no relatório de gestão relativo ao exercício de 2013.

Salienta-se que da análise da execução orçamental e patrimonial efetuada mediante comparação do balanço e fluxos de caixa previsionais constantes no PSF com o que efetivamente foi executado resultam determinadas incongruências, pois se no PSF os valores previstos são reportados a 31/12/2014, a análise do presente relatório incide sobre os mapas financeiros à data

de 30/06/2014, pelo que se apresenta a análise comparativa ao período homólogo do ano de 2013. Remetendo-se uma análise mais detalhada, para o relatório referente ao segundo semestre de 2014, uma vez que a essa data será possível efetuar a análise dos valores executados no ano de 2014 com os valores previstos no PSF para o mesmo período.

Ao presente relatório deverá ser dada continuidade nos seguintes termos:

- **Enviar aos membros do Governo** responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, conforme estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008 de 7 de março;
- **Remeter à Assembleia Municipal** para apreciação, nos termos do artigo 40.º da LFL;
- **Enviar à Direção Geral das Autarquias Locais;**
- **Publicar no sítio da Internet do Município**, após apreciação do Órgão Deliberativo, em cumprimento do artigo 49.º da LFL.

2. O Empréstimo

Na reunião de 19 de dezembro de 2011, o Executivo Municipal aprovou o Estudo e Plano de Saneamento Financeiro (PSF) submetendo-o à aprovação da Assembleia Municipal, que o aprovou em 30 de dezembro de 2011, no entanto este Plano sofreu posteriormente alguns ajustamentos e foi apreciado e votado pela última vez em 11 de março de 2013.

O PSF agrega um conjunto integrado e coerente de medidas que visam a recuperação da sustentabilidade e equilíbrio financeiro do Município de Mirandela, onde se integra o empréstimo de saneamento financeiro no valor de 7.600.000,00 €, como forma de consolidar passivos financeiros vencidos, substituindo dívida comercial por dívida financeira.

O financiamento desta operação foi contratualizado com duas instituições bancárias, Caixa Geral de Depósitos (CGD), no montante de 5.200.000,00 € e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCA), no valor de 2.400.000,00 €, perfazendo o total de 7.600.000,00 €. O Município celebrou com a CGD em 17 de fevereiro de 2012 um contrato de abertura de crédito no referido valor, pelo prazo de 12 anos, com um período de carência de 12 meses. No que respeita à CCA, foi assinado em 7 de maio de 2012, o contrato de empréstimo no montante mencionado, pelo prazo de 12 anos com um período de carência de 12 meses, tendo o Tribunal de Contas visado os contratos de empréstimo e o plano de saneamento em 13 de março de 2013.

Todas as faturas constantes nas listagens anexas aos contratos de empréstimos, foram pagas, à exceção das faturas da Refer, E.P.- Rede Ferroviária Nacional no montante de 12.580,98 €, devido à existência de um processo de rescisão do Protocolo de Concessão de Utilização de Bens do Domínio Público Ferroviário (contrato administrativo n.º 12/06/CA/PI).

3. Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, o Plano de Saneamento Financeiro integra 24 medidas que objetivam recuperar a sustentabilidade financeira do Município. As medidas agregam-se em três eixos de atuação: eficiência organizacional (medidas 1 a 7); economia, redução da despesa (medidas 8 a 15); aumento da receita (medidas 16 a 23); e por último a medida 24 que corresponde ao empréstimo de saneamento financeiro.

Como forma de avaliar o grau de implementação das medidas, o quadro que a seguir se apresenta sintetiza as medidas do Plano, comparando as metas estipuladas para o ano de 2014 com o concretizado no primeiro semestre do mesmo ano.

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
<p>1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.</p>	<p>Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.</p>	<p>A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução de cinco unidades orgânicas. Relativamente à ocupação das unidades orgânicas, encontra-se provido um lugar de diretor de departamento e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final da respetiva comissão de serviço. A unidade orgânica de 3.º grau não se encontra dotada. Neste sentido foram reduzidas 3 unidades orgânicas dotadas.</p> <p>Ainda no âmbito da reorganização dos serviços municipais, foram criadas a Área Funcional de Recursos Financeiros, a Área Funcional de Recursos Humanos, a Área Funcional de Recursos Físicos e a Área Funcional de Comunicação, esta alteração na estrutura orgânica teve como objetivo colmatar a redução das unidades orgânicas flexíveis, contribuindo para a eficiência e eficácia organizacional e para uma melhoria no desempenho dos serviços municipais. Salienta-se no entanto que, esta medida não acarretou um aumento das despesas com pessoal.</p>

<p>2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.</p>	<p>SMAM – extinção por fusão no Município de Mirandela; Mirandela XXI – extinção da parceria Público-privada; A.I.N. - reduzir o passivo da empresa e operacionalizar a sua sustentabilidade; M.L.M. – manter a exploração do serviço até à conclusão da barragem do Tua, passando depois a responsabilidade do Metro para Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua.</p>	<p>A fusão do SMAM foi efetuada em 01/01/2012; A Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada Mirandela XXI em 16/04/2012; Relativamente ao passivo da Sociedade A.I.N., verificou-se um ligeiro aumento de 2012 para 2013, no entanto a sociedade Matadouro Industrial do Cachão, S.A. detida a 100% pela A.I.N. encontra-se, no plano estritamente contabilístico, numa situação difícil, pelo que tendo em conta o elevado património que possui e que se encontra contabilisticamente subvalorizado, têm os Municípios de Mirandela e de Vila Flor procurado concretizar uma solução de alienação, total ou parcial, prevista no art.º 63.º da Lei n.º 50/2012. de 31 de agosto. Assim foi deliberado em Assembleia Geral conceder um prazo de seis meses para ser concretizada a materialização da melhor solução para o Matadouro Industrial, já que há sinais positivos de poderem existir sujeitos privados interessados na aquisição da sociedade, ou dos seus ativos, o que se traduziria na melhor solução financeira.</p>
<p>3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.</p>	<p>Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das ações por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.</p>	<p>Foi criada no final do ano de 2013, a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas.</p> <p>Conjuntamente, o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna com a Equipa da Qualidade têm realizado auditorias internas aos serviços municipais, destacando-se que o Processo de Certificação da Qualidade tem garantido a eficiência dos procedimentos internos.</p>

<p>4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.</p>	<p>1) Informatização de circuitos por processos; 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa ótica multicanal.</p>	<p>1) Sistema sigmaflow implementado; 2) Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento no final de 2013, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município; 3) Foi criada e está activa e em funcionamento uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line.</p>
<p>5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.</p>	<p>Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.</p>	<p>O processo de implementação da contabilidade de custos iniciou-se em novembro de 2013 com ações de formação em contexto de trabalho, bem como realização de toda a parametrização necessária.</p> <p>Neste contexto, em janeiro de 2014 encontravam-se reunidas as condições necessárias para o arranque da contabilidade de custos, verificando-se que no final do 1.º semestre, todos os serviços que desempenham atividades, têm aderido ao preenchimento das fichas de atividades através da aplicação informática, enumerando todos os custos necessários para o desenvolvimento das suas tarefas, quer sejam humanos, de materiais, ou equipamentos, o que, para além de permitir uma avaliação das atividades municipais, irá fornecer informação necessária e útil para a tomada de decisões e definição da estratégia política do Executivo Municipal.</p> <p>Salienta-se no entanto que a implementação da contabilidade de custos, é um processo complexo, pelo que no final do presente ano não estará implementada na sua plenitude, no entanto no final deste primeiro semestre foram ultrapassadas as expetativas iniciais.</p>

<p>6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013), caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.</p>	<p>Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.</p>	<p>Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.</p>	<p>A taxa de execução do orçamento da receita ascendeu no 1.º semestre a 30,8%, enquanto que o orçamento da despesa foi executado em 30,18%, o que relativamente ao período homólogo do ano anterior representa um decréscimo, pois a taxa de execução do orçamento da receita e da despesa no 1.º semestre de 2013 foi superior a 47%, salientando-se que essa execução foi consequência da contratação do empréstimo de saneamento financeiro no montante de 7.600.00,00 €.</p>
<p>II - Economia, redução da despesa</p>		
<p>8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tetos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultadoria.</p>	<p>Valor limite de despesa para 2014 – 48.735,00 €.</p>	<p>Valor executado no 1.º semestre de 2014 – 2.762,58 €, no período homólogo do ano anterior, não tinha sido realizado nenhum pagamento nesta rubrica, havendo contudo compromissos assumidos no montante de 39.975,00 €. A despesa ocorrida neste último semestre, nesta rubrica, reporta à avaliação técnica referente a um deslizamento de terras ocorrido num loteamento local objeto de sentença judicial. No entanto, o montante executado é manifestamente inferior ao valor previsto no PSF, apesar de ser um valor reportado a metade do período projetado, é previsível que no final do ano o valor pago na rubrica estudos, pareceres, projetos e consultadoria, representa menos de metade do valor previsto.</p>

<p>9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.</p>	<p>Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TTM a concretização dos procedimentos concursais.</p>	<p>No que respeita a esta medida foi promovido pela AMTQT um Concurso Público Internacional para o Fornecimento de Energia Eléctrica para as instalações alimentadas em MT, BTE e BTN (onde se inclui a Iluminação Pública) de que resulta uma substancial redução de meios e custos; Foi também promovido um procedimento de concurso de contratação conjunta das aplicações e servidores informáticos reduzindo os valores contratualizados de forma individual pelas autarquias e diminuindo o encargo bruto por número de utilizador registado.</p> <p>No âmbito da centralização e virtualização de sistemas no “<i>data center</i>” da AMTQT foi ainda promovida a contratação de serviços de internet e dados à REFER TELECOM reduzindo de forma substancial estes encargos nos municípios associados da AMTQT, sendo ainda de salientar a aquisição de serviços de higiene, medicina e segurança no trabalho, plano de formação para implementação da contabilidade de custos, bem como o plano de formação interna efetuado através da AMTQT.</p>																				
<p>10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.</p>	<p>Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica.</p>	<p>Durante o 1.º semestre de 2014 este grupo de despesas registou um decréscimo superior a 10.000,00 €, conforme descrito a seguir:</p> <table border="1" data-bbox="1339 1121 1971 1273"> <thead> <tr> <th></th> <th>2014</th> <th>2013</th> <th>Variação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Combustíveis</td> <td>87.993,97</td> <td>96.668,85</td> <td>-8.674,88</td> </tr> <tr> <td>Comunicações</td> <td>88.113,97</td> <td>99.264,60</td> <td>-11.150,63</td> </tr> <tr> <td>Encargos instalações</td> <td>425.966,88</td> <td>416.849,90</td> <td>9.116,98</td> </tr> <tr> <td></td> <td>602.074,82</td> <td>612.783,35</td> <td>-10.708,53</td> </tr> </tbody> </table> <p>Salienta-se que o grupo dos encargos com instalações, engloba o consumo de gás, e eletricidade, os quais tiveram um aumento significativo de tarifa durante este semestre.</p>		2014	2013	Variação	Combustíveis	87.993,97	96.668,85	-8.674,88	Comunicações	88.113,97	99.264,60	-11.150,63	Encargos instalações	425.966,88	416.849,90	9.116,98		602.074,82	612.783,35	-10.708,53
	2014	2013	Variação																			
Combustíveis	87.993,97	96.668,85	-8.674,88																			
Comunicações	88.113,97	99.264,60	-11.150,63																			
Encargos instalações	425.966,88	416.849,90	9.116,98																			
	602.074,82	612.783,35	-10.708,53																			

<p>11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.</p>	<p>Valor limite para 2014 - 710.220,00 €.</p>	<p>Valor executado no 1.º semestre de 2014 – 411.432,95 €, sendo que no final do 1.º semestre de 2013 a execução foi de 429.404,18 €. Com a conclusão da empreitada de Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública - Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso, foi implementado o Plano de Eficiência Energética tendo-se verificado em 2014 uma redução na ordem dos 30%. A diferença verificada na despesa, não traduz a real diminuição do consumo, pois com o mercado liberalizado houve um aumento das tarifas.</p>
<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2014 - 2.713.006,00 €</p>	<p>Despesa paga no 1.º semestre:</p> <p>04 Transf. Correntes – 471.696,44 €, dos quais 115.626,86 € correspondem a transferências para a AMTQT. As transferências para as diversas instituições sem fins lucrativos do concelho, totalizam 335.702,13 €;</p> <p>05 Subsídios – 130.055,35 €, à semelhança dos anos anteriores, este valor foi despendido com programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, referindo-se que estas bolsas são financiadas a 80%.</p> <p>08 Transf. de Capital – 308.580,67 €, dos quais 215.100,82 € respeitam, igualmente a transferências para as instituições sem fins lucrativos do concelho;</p>

<p>13 - Optimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, racionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>No final do ano de 2013 foi configurada a aplicação de máquinas e viaturas como forma de aumentar o rigor na gestão da frota automóvel. Em janeiro de 2014 iniciou-se a utilização da aplicação <i>MAQ – Máquinas e Viaturas</i>, que permite registar todos os custos inerentes a cada viatura, como por exemplo, consumos de combustíveis, reparações, seguros, inspeções e amortizações, de forma a aferir os custos totais por viatura da frota municipal.</p>
<p>14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.</p>	<p>Redução de quatro colaboradores durante o ano de 2014, originando uma poupança anual de 45.080,00 €.</p>	<p>Durante o 1.º semestre de 2014 aposentaram-se seis trabalhadores, dos quais cinco são da carreira de assistente operacional e um da carreira de assistente técnico, pelo que considerando que o PSF estipula quatro aposentações/desvinculações para o corrente ano, podemos considerar que a este nível, a medida será cumprida. Relativamente ao valor de poupança anual estimado, remete-se essa análise para o 2.º relatório semestral, uma vez que algumas das aposentações mencionadas ocorreram no final do semestre.</p> <p>Contudo, verifica-se que a despesa com pessoal referente ao período em análise foi de 3.439.701,24 €, o que comparativamente com o 1.º semestre de 2013 representa uma diminuição de 83.463,00 €, não obstante as remunerações terem aumentado em face da declaração de inconstitucionalidade das reduções salariais impostas no Orçamento do Estado para 2014.</p>

<p>15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.</p>	<p>Ajudas de custo – 36.777,37 €; Horas extraordinárias – 35.954,68 €</p>	<p>Valor pago no 1.º semestre de 2014: Ajudas de custo – 10.978,70 €, dos quais 3.282,31 € correspondem a ajudas de custo pagas aos membros da Assembleia Municipal referentes a sessões realizadas em 2012 e 2013, e 7.696,39 € respeitam a ajudas de custo pagas aos trabalhadores da Câmara Municipal. No período homólogo de 2013 o valor gasto com este tipo de despesa foi de 13.251,96 €; Horas extraordinárias – 23.611,36 €, assume-se a necessidade de reforçar a redução da despesa com horas extraordinárias, uma vez que a manter-se a média mensal gasta durante este 1.º semestre, será excedido o montante estipulado no PSF.</p>
<p>III - Aumento da receita</p>		
<p>16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.</p>	<p>515.000,00 € de receita anual.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.</p>	<p>Impostos indiretos - 98.175,00 €; Taxas - 493.185,00 €</p>	<p>Valor cobrado no 1.º semestre de 2014: Impostos Indiretos – 82.270,47 €, existindo um valor de receita por cobrar no final do período de 1.174.707,42 €. Salienta-se que o valor cobrado no 1.º semestre de 2013 foi de 42.264,00 €, o que representa cerca de metade do valor cobrado em 2014; Taxas – 117.427,23 €, considerando o valor projetado no PSF (493.185,00 €), verifica-se que a receita proveniente de taxas e licenças a cobrar até ao final do ano de 2014, poderá ser inferior ao estipulado, pelo que o Município deverá reforçar a fiscalização nas áreas de ocupação do espaço público e publicidade de natureza comercial.</p>

<p>18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.</p>	<p>Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.</p>	<p>Medida implementada. O Regulamento de Taxas do Município de Mirandela que integra a tabela de taxas e a respetiva fundamentação económico financeira entrou em vigor no dia 17 de março de 2014.</p>
<p>19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.</p>	<p>Receita anual estimada 144.768,00 €.</p>	<p>Encontra-se em fase de conclusão a empreitada que engloba a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários", tendo sido publicado no dia 17 de março de 2014 o Regulamento do Estacionamento Tarifado de Curta Duração, prevendo-se que durante o mês de setembro entrem em funcionamento os parquímetros.</p>
<p>20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.</p>	<p>750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.</p>	<p>Valor liquidado em 2011 - 806.335,00 €; Valor liquidado em 2012 - 203.452,00 €; Valor liquidado em 2013 - 203.452,00 €. Em 2014 prevê-se a liquidação durante o 2.º semestre.</p>
<p>21 - Reestruturação da matriz tributária.</p>	<p>Plano de revisão da matriz tributária.</p>	<p>Nada a reportar no período em análise.</p>
<p>22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados nos termos do código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.</p>	<p>Valor a cobrar em 2014 - 1.592.890,00 €.</p>	<p>As taxas de IMI fixadas para 2014 são as estipuladas no PSF, durante o 1.º semestre de 2014 foi cobrado o montante de 1.222.997,92 €, valor superior ao arrecadado em igual período de 2013 (1.094.717,63 €), pelo que considerando que no ano transato foi superado o valor do PSF, o mesmo acontecerá no final de 2014.</p>

<p>23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.</p>	<p>Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos. A receita estimada para 2014 é de 2.445.912,06 €.</p>	<p>Considerando a necessidade de compilar e de se proceder a uma atualização geral dos preços a praticar relativos a serviços prestados e a bens fornecidos pelo Município, considerando ainda que o valor dos preços a cobrar, não deve ser inferior aos custos direta e indiretamente suportados com a prestação dos respetivos serviços e com o fornecimento dos bens, a 30 de junho foi aprovada a nova Tabela de Preços, prevendo-se que durante o segundo semestre de 2014 haja um aumento de receita.</p>
---	---	--

❖ Síntese da implementação das medidas previstas no PSF

Da análise do quadro que antecede, conclui-se que, se por um lado existem medidas no PSF para as quais o Município apresenta uma tendência clara de cumprimento das metas estipuladas para o ano de 2014, por outro, foram estabelecidos objetivos com uma forte expressão financeira, para os quais a Autarquia não se encontra em situação de os atingir, nem se prevê, num futuro próximo, que tenha possibilidade de desenvolver diligências tendentes à sua implementação, nomeadamente no que se refere às seguintes Medidas de aumento da receita:

- Medida 16 – Elaborar um plano de rentabilização do património municipal, com um impacto anual estimado de 515.000,00 € até 2023;
- Medida 20 – Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaço público e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes. Relativamente a esta medida, o valor liquidado relativo a 2011 superou o estipulado no PSF (embora não tenha ainda sido cobrado), no entanto relativamente a 2012 e seguintes o valor liquidado tem sido de menos de metade do previsto, verificando-se um diferencial de cerca de 300.000,00 € ao ano;

No sentido de suprir os desvios consequentes da não implementação das medidas identificadas, irá o Município adotar medidas compensatórias, como forma de não comprometer o cumprimento do PSF, designadamente:

- Aumento da taxa de IMI para os prédios urbanos, passando da taxa mínima aplicável de 0,3 % para a taxa intermédia de 0,4 %. Vai ainda elevar-se ao triplo a taxa a aplicar aos prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas; majorar (até) 30% a taxa a aplicar aos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens; majorar até ao dobro a taxa de 0,8% aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono.
- Diminuição dos subsídios e transferências atribuídos a terceiros, ou seja, reduzir os valores estipulados na Medida 12 (2.713.006,00 €), aumentando a poupança incremental aí definida. Verifica-se que existem subsídios extraordinários atribuídos a coletividades que podem ser objeto de anulação. Relativamente aos subsídios mensais será ser operada

uma redução na ordem dos 20%, devendo mesmo alguns subsídios serem objeto de anulação, pois verifica-se que existem coletividades com atraso no recebimento superior a um ano, o que demonstra que têm capacidade para se auto financiarem, considerando que continuam a desenvolver as suas atividades. Salienta-se que esta redução e/ou anulação permitirá o cumprimento dos prazos de pagamento dos subsídios mensais, tendo em conta a redução do encargo mensal, não se verificando o atraso de pagamento que tem ocorrido nos últimos anos. Por outro lado, de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que estabelece as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, estas só podem assumir compromissos até ao montante de fundos disponíveis que detêm mensalmente, pelo que a redução agora proposta, torna-se necessária ao cumprimento das regras de assunção de compromissos, bem como à redução dos pagamentos em atraso.

- Aquisição da aplicação informática da Medidata – Sistemas de Informação para Autarquias, S.A., para gestão de processos de cobrança coerciva, permitindo um controlo efetivo e imediato de cobrança dos valores em dívida de água em mora e demais taxas municipais.

4. Execução da Receita e da Despesa

Considerando que o PSF apresenta o mapa de fluxos de caixa previsional a 30 de dezembro de 2014, entendeu-se que uma análise comparativa entre os valores executados a 30 de junho de 2014 com os previstos para o final do mesmo ano seria incomportável, pelo que o quadro que a seguir se apresenta estabelece a comparação entre os montantes da receita e da despesa executados nos primeiros semestres de 2014 e de 2013, permitindo efetuar uma análise comparativa da evolução.

Relativamente à receita, verifica-se que a receita corrente registou um aumento significativo (772.975,58 €). É expectável que esta variação venha a aumentar até final do ano, pois a nova tabela de taxas apenas entrou em vigor no final do mês de março. Por outro lado demonstra também a preocupação dos serviços municipais na respetiva cobrança. A quebra verificada na receita de capital (-7.399.452,51 €), deve-se à receita de passivos financeiros arrecada em 2013 na sequência da contratação do empréstimo de saneamento financeiro.

No que respeita à despesa verifica-se que houve uma redução superior a 6 milhões de euros, salienta-se que em 2013 a arrecadação do empréstimo permitiu efetuar pagamentos do mesmo montante, o que, aliado a uma contenção de despesa operada pelo Município explica esta diferença. Conforme referido no quadro que sintetiza a execução das medidas preconizadas no PSF, salienta-se novamente a redução da despesa com pessoal. De modo geral, as únicas rubricas que registaram um aumento relativamente ao período homólogo de 2013, foram a rubrica de subsídios e de passivos financeiros. No que concerne à primeira, este aumento verifica-se devido ao aumento da despesa com os programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, no entanto esta despesa é, na sua maioria, financiada em 80%. Relativamente aos passivos financeiros, o aumento deve-se aos encargos decorrentes da contratação do empréstimo constante do PSF.

Fluxos de Caixa

Descrição	30-06-2014	30-06-2013	Variação
Saldo da Gerência Anterior	1.638.968,53	1.500.370,14	138.598,39
Execução Orçamental	666.535,27	538.798,51	127.737
Operações de Tesouraria	972.433,26	961.571,63	10.862
Receita			
Receita Corrente	9.355.703,93	8.582.728,35	772.975,58
01 - Impostos diretos	1.571.462,95	1.441.507,82	129.955
02 - Impostos indiretos	82.270,47	27.565,77	54.705
04 - Taxas, multas e outras penalidades	117.427,23	133.628,47	-16.201
05 - Rendimentos de propriedade	840.113,75	562.046,05	278.068
06 - Transferências correntes	5.210.445,90	5.001.212,88	209.233
07 - Venda de bens e serviços correntes	1.528.270,57	1.401.906,57	126.364
08 - Outras receitas correntes	5.713,06	14.860,79	-9.148
Receita de Capital	1.597.274,97	8.996.727,48	-7.399.452,51
09 - Venda de bens de investimento	9.493,30	3.956,92	5.536
10 - Transferências de capital	1.587.781,67	1.392.770,56	195.011
12 - Passivos Financeiros	0,00	7.600.000,00	-7.600.000
13 - Outras receitas de capital	0,00	0	0
Outras Receitas	254,25	253,71	0,54
Receita Orçamental Total	10.953.233,15	17.579.709,54	-6.626.476,39
Receita Operações de Tesouraria	702.686,56	751.143,92	-48.457,36

Despesa			
Despesa Corrente	7.870.698,31	13.486.008,47	-5.615.310,16
01 - Despesas com pessoal	3.439.701,24	3.523.164,54	-83.463
02 - Aquisição de bens e serviços	3.350.968,34	6.762.224,90	-3.411.257
03 - Juros e outros encargos	435.929,16	725.306,52	-289.377
04 - Transferências correntes	471.696,44	2.365.098,20	-1.893.402
05 - Subsídios	130.055,35	53.474,09	76.581
06 - Outras despesas correntes	42.347,78	56.740,22	-14.392
Despesa de Capital	2.866.378,94	3.617.346,52	-750.967,58
07 - Aquisição de bens de capital	1.803.693,17	2.489.192,48	-685.499
08 - Transferências de capital	308.580,67	625.449,22	-316.869
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00	0
10 - Passivos financeiros	754.105,10	502.704,82	251.400
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00	0
Despesa Orçamental Total	10.737.077,25	17.103.354,99	-6.366.277,74
Despesa Operações de Tesouraria	672.179,55	615.413,39	56.766,16
Saldo para a Gerência Seguinte	1.885.631,44	2.112.455,22	-226.823,78
Execução Orçamental	882.691,17	1.015.153,06	-132.462
Operações de Tesouraria	1.002.940,27	1.097.302,16	-94.362

5. Balanço

O balanço espelha a situação financeira do Município numa determinada data, conforme mencionado anteriormente, o PSF apresenta mapas com valores previsionais reportados ao final do ano económico, pelo que, em termos de análise, não se considera fiável a comparação entre valores executados a meio do exercício económico com valores previstos para o final do mesmo ano. Assim, apresenta-se de seguida o quadro com a variação dos valores reportados ao final do primeiro semestre de 2014 e dos valores reportados ao período homólogo do ano anterior.

A comparação apresentada permite concluir que, o ativo, registou uma evolução positiva, aumentando significativamente. No que respeita ao passivo, salienta-se que tanto as dívidas a terceiros de médio e longo prazos, como a de curto prazo registaram um decréscimo, sendo que a diminuição da dívida de curto prazo, que corresponde à dívida a fornecedores e outros credores, foi de cerca de dois milhões de euros, de onde se pode concluir que a Autarquia está a cumprir com o objetivo traçado no PSF, de consolidação dos seus passivos financeiros e em última instância o seu saneamento financeiro.

Balanço

Descrição	30-06-2014	30-06-2013	Variação
Imobilizado	66.126.156,03	63.264.756,35	2.861.399,68
Existências	751.076,14	1.004.648,28	-253.572,14
Dívidas de Terceiros - curto prazo	2.087.864,60	2.612.380,19	-524.515,59
Disponibilidades	1.885.631,44	2.112.455,22	-226.823,78
Acréscimos e Diferimentos	52.610,42	78.234,83	-25.624,41
Ativo Líquido	70.903.338,63	69.072.474,87	1.830.863,76
Património	16.995.510,99	16.663.150,59	332.360,40
Reservas	1.131.705,80	1.110.639,02	21.066,78
Subsídios	95.892,50	95.892,50	0,00
Doações	1.164.224,35	43.943,00	1.120.281,35
Resultados Trânsitados	2.129.055,97	1.728.787,21	400.268,76
Resultado Líquido do Exercício	3.274.327,81	2.953.991,67	320.336,14
Fundos Próprios	24.790.717,42	22.596.403,99	2.194.313,43
Provisões para riscos e encargos	1.378.419,93	0,00	1.378.419,93
Dívidas a Terceiros - médio e longo prazos	15.111.370,53	16.393.386,17	-1.282.015,64
Dívidas a Terceiros - curto prazo	9.935.195,63	11.915.574,71	-1.980.379,08
Acréscimos e Diferimentos	19.687.635,12	18.167.110,00	1.520.525,12
Passivo	46.112.621,21	46.476.070,88	-363.449,67

6. Demonstração de Resultados

Pela análise da demonstração de resultados, conclui-se que o total de custos e perdas registados no final do primeiro semestre de 2014 foi inferior ao verificado no mesmo período do ano anterior. Evolução contrária tiveram os proveitos e ganhos que aumentaram cerca de 180.000,00 €, o que mais uma vez demonstra uma evolução positiva da situação económico financeira do Município.

Demonstração de Resultados

Descrição	30-06-2014	30-06-2013	Varição
Custos e Perdas			
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	67.820,49	56.557,55	11.262,94
Fornecimentos e serviços externos	2.010.499,97	2.274.331,98	-263.832,01
Custos com pessoal	3.005.845,47	2.434.080,52	571.764,95
Transferências e subsídios	337.926,62	903.810,22	-565.883,60
Amortizações do exercício	578.242,39	0,00	578.242,39
Provisões do exercício	0,00	0,00	0,00
Outros custos operacionais	16.897,41	40.507,82	-23.610,41
Custos e perdas financeiros	373.106,78	481.653,46	-108.546,68
Custos e perdas extraordinários	335.346,52	675.981,42	-340.634,90
Total de custos e perdas	6.725.685,65	6.866.922,97	-141.237,32
Proveitos e Ganhos			
Vendas e prestações de serviços	694.726,44	843.188,10	-148.461,66
Impostos e taxas	1.958.705,62	1.981.418,95	-22.713,33
Proveitos Suplementares	2.052,25	1.057,50	994,75
Transferências e subsídios obtidos	6.725.782,38	6.429.833,07	295.949,31
Outros proveitos e ganhos operacionais	552.081,12	551.303,77	777,35
Proveitos e ganhos financeiros	3.001,09	3.039,76	-38,67
Proveitos e ganhos extraordinários	63.664,56	11.073,49	52.591,07
Total de proveitos e ganhos	10.000.013,46	9.820.914,64	179.098,82

7. Endividamento

Relativamente ao endividamento, cumpre esclarecer que a Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, modificou o regime do endividamento municipal, alterando a forma de cálculo do limite de endividamento bem como o cálculo da dívida. No entanto, o artigo 86.º da mesma Lei, determina que *para os contratos de saneamento e reequilíbrio existentes à data de entrada em vigor da presente lei, bem como para os planos de ajustamento previstos na Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, aplicam-se as disposições constantes da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 120/2012, de 19 de junho*, considerando que o PSF foi aprovado pela Assembleia Municipal e visado pelo Tribunal de Contas antes da entrada em vigor deste novo diploma legal e que as metas traçadas a nível de endividamento no estudo foram calculadas à luz do anterior regime, o cálculo de endividamento apresentado para efeitos de acompanhamento do PSF apresenta-se de acordo com a Lei n.º 2/2007.

O quadro que se segue é demonstrativo da situação do endividamento líquido e de médio e longo prazo, reportada ao final do primeiro semestre de 2014.

Apuramento da Situação de Endividamento a 30/06/2014

Designação	Montante
Total de endividamento bancário a curto prazo	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de dezembro do ano em causa	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	15.111.370,53
Total de endividamento líquido	19.024.851,69
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	617.615,39
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-283.833,23
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	100.216,19
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	15.628.769,73
Endividamento líquido a considerar	18.640.802,27

Limites de Endividamento

Designação	Montante
Endividamento de curto prazo	1.218.779,41
Endividamento de médio e longo prazo	12.187.794,07
Endividamento Líquido	15.234.742,59

Situação Face aos Limites

Designação	Montante	
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso	3.440.975,66
	Margem	
Endividamento Líquido	Excesso	3.406.059,68
	Margem	

Conforme se pode verificar, o endividamento do Município tem vindo a diminuir, relembra-se que no final do exercício de 2013, o endividamento líquido era de 20.586.208,47 €, o que representava um excesso face ao limite de 5.437.121,47 €. O endividamento de médio e longo prazo apresenta a mesma tendência.

O quadro que a seguir se apresenta, demonstra a evolução do endividamento líquido durante o primeiro semestre de 2014.

Como se pode verificar, o Município de Mirandela reduziu até 30 de junho de 2014 o seu endividamento em 9,45 % relativamente ao endividamento que tinha no início do ano, sendo que a redução operada no excesso de endividamento que detinha em 1 de janeiro de 2014 foi de 37,36 %.

Endividamento Líquido em 01/01/2014	Montante em excesso em 01/01/2014	Endividamento líquido em 30/06/2014	Montante em excesso em 30/06/2014	Varição do endividamento líquido	Varição do excesso
20.586.208,47	5.437.121,47	18.640.802,27	3.406.059,68	-9,45%	-37,36%

O esforço da Autarquia para diminuir o seu endividamento torna-se bem visível pelos dados apresentados, o quadro que se segue reforça essa análise, pois permite observar que a dívida a fornecedores e banca diminuiu durante este primeiro semestre mais de um milhão de euros, relativamente ao final do ano de 2013.

Descrição	30-06-2014	30-12-2013	Varição
Fornecedores CC	7.368.324,51	7.574.465,47	-206.140,96
Fornecedores. Imobilizado	1.051.704,84	1.228.424,91	-176.720,07
Empréstimos	15.111.370,53	15.865.475,63	-754.105,10
Total	23.531.399,88	24.668.366,01	-1.136.966,13

Conclusão

Decorridos os primeiros seis meses do ano de 2014, verifica-se que a contratação do empréstimo bancário de saneamento financeiro, bem como o conjunto de medidas estabelecidas no PSF, apresenta-se como uma solução eficaz e eficiente para ultrapassar a anterior situação de desequilíbrio financeiro.

Pela análise efetuada ao primeiro semestre de 2014, é expectável que o Município venha a cumprir no final do exercício económico, com os objetivos traçados para o presente ano, pois as metas anuais previstas na maioria das medidas estabelecidas no PSF estão em vias de ser cumpridas.

No entanto, e conforme referido ao longo do presente relatório, existem medidas para as quais não se prevê qualquer exequibilidade, pelo que a Autarquia deve adotar medidas tendentes a suprir os desvios verificados, bem como continuar a política de contenção de despesa, para não comprometer as metas anuais que tem cumprido e que está em vias de cumprir. Considerando que apenas decorreu meio ano, deve ainda continuar o esforço que tem desenvolvido na redução da dívida a fornecedores, bem como na redução dos pagamentos em atraso que tem cumprido até à presente data.

Anexo

Demonstração do Cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro

De acordo com o disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – Lei das Finanças Locais, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.

Neste enquadramento, o Relatório de Gestão de 2013 integrou a demonstração da execução do plano de saneamento financeiro (PSF), através da comparação dos valores previsto no plano para o ano de 2013, com os valores efetivamente executados, bem como da apresentação de um mapa com o grau de execução das medidas previstas no plano.

A presente avaliação deve ser apreciada com a devida ponderação atendendo a que o ano de 2013 é o primeiro ano de um horizonte temporal do PSF e apenas teve o seu início durante o mês de março de 2013.

1 – Execução das Medidas do Plano de Saneamento Financeiro

Descrição das Medidas	Previsão no PSF	Concretização
I - Eficiência Organizacional		
1 - Reorganização dos serviços municipais, com especial enfoque na eficiência e eficácia organizacional operando uma efetiva segregação de competências instrumentais e operativas. Redução de 15% do n.º de unidades orgânicas e respetivos dirigentes.	Reduzir duas unidades orgânicas dotadas.	A reorganização dos serviços foi promovida de acordo com a Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, através da adequação da estrutura orgânica municipal, sendo que a nova estrutura contempla apenas uma unidade orgânica nuclear (departamento), quatro unidades orgânicas flexíveis (divisões) e uma unidade orgânica de 3.º grau, o que, a nível de estrutura, corresponde a uma redução cinco unidades orgânicas. Relativamente à ocupação das unidades orgânicas, encontra-se provido um lugar de diretor de departamento, e seis lugares de chefe de divisão, sendo que dois correspondem a divisões da antiga estrutura orgânica que serão extintos no final da respetiva comissão de serviço. A unidade orgânica de 3.º grau não se encontra dotada. Neste sentido foram reduzidas 3 unidades orgânicas dotadas.
2 - Reorganização do grupo municipal (por extinção ou cisão de entidades), reapreciação das participações financeiras.	Fusão dos SMAM; Extinção da parceria público-privada Mirandela XXI;	A fusão do SMAM foi efetuada em 31/12/2011. A Câmara Municipal deliberou aprovar a extinção da parceria público-privada em 16/04/2012.

<p>3 - Implementação, no biénio 2012/2013, das Funções Planeamento, Aprovisionamento (concentração da Função Compras numa unidade instrumental), Auditoria Interna e Controlo de Gestão.</p>	<p>Agregar numa unidade orgânica instrumental as empreitadas de obras públicas e as aquisições de bens e serviços; Planeamento das acções por administração direta; Implementação da função auditoria interna e controlo de gestão.</p>	<p>Foi criada a Área Funcional de Recursos Físicos, onde se encontram centralizados todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços, obras por administração direta e empreitadas. Foi também criado o Gabinete Jurídico e de Auditoria Interna.</p>
<p>4 - Reforçar, no biénio 2012/2013, a simplificação de políticas e procedimentos, quer pela eliminação de redundâncias quer pela avaliação dos mesmos, combatendo atuações burocráticas e circuitos de decisão complexos, reduzindo os custos de contexto internos e encurtando os prazos de resposta aos munícipes.</p>	<p>1) Informatização de circuitos por processos 2) Processo de certificação da qualidade; 3) Prestação de serviços numa otica multicanal.</p>	<p>Sistema sigmaflow implementado; Todos os serviços estão certificados, tendo sido realizada uma auditoria externa de acompanhamento no final de 2013, cujo resultado foi a manutenção da certificação do Município.</p> <p>Foi criada uma plataforma intitulada "Tua Câmara" para prestação de serviços on-line.</p>
<p>5 - Implementação do sistema de Contabilidade Analítica.</p>	<p>Submeter à apreciação superior a proposta de arquitetura organizacional de suporte à implementação e manutenção da função contabilidade analítica; Apresentar a moldura concetual da tabela de centro de custos e de investimento.</p>	<p>O processo de implementação da contabilidade de custos iniciou-se em Novembro de 2013 com acções de formação em contexto de trabalho, bem como realização de toda a parametrização necessária ao arranque da contabilidade de custos em janeiro de 2014.</p>

<p>6 - Implementação de um orçamento por atividades de base zero (não incremental) em 2012 (aplicável a 2013, caso se encontrem reunidas as condições mínimas necessárias à sua implementação.</p>	<p>Implementar em 2013 caso se encontrem reunidas condições.</p>	<p>Não se encontram ainda reunidas condições para a sua implementação.</p>
<p>7 - Implementar a regra orçamental de que as receitas de capital, inerentes à alienação de bens de investimento, só deverão concorrer para o financiamento de despesas de investimento quando exista uma forte presunção da sua concretização.</p>	<p>Aproximar o grau de execução do orçamento da receita e da despesa, condicionando a execução da despesa ao orçamento da receita.</p>	<p>A taxa de execução orçamental do Município tem vindo a aumentar, sendo que em 2013 foi de 78% para o orçamento da receita e da despesa, o que comparativamente às taxas de execução alcançadas em 2012 (59% para o orçamento da receita e 58% para o orçamento da despesa), demonstram um forte aumento.</p>
<p>II - Economia, redução da despesa</p>		
<p>8 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento, com definição de tectos para as despesas em outsourcing, com projetos, estudos, pareceres e consultoria.</p>	<p>Valor limite de despesa para 2013 - 51.300,00 €.</p>	<p>Valor executado em 2013 – 39.655,20 €.</p>
<p>9 - Redução e racionalização de despesas de funcionamento através da agregação de necessidades operada pelo agrupamento de entidades adjudicantes.</p>	<p>Identificar os bens e serviços passíveis de agregação e propor à AMTQT e CIM-TM a concretização dos procedimentos concursais.</p>	<p>Implementado. Foram efetuados procedimentos de aquisição de bens e serviços através da AMTQT, como por exemplo a implementação da higiene, medicina e segurança no trabalho, negociação do plano de formação para implementação da contabilidade de custos., bem como o plano de formação interna para o Município.</p>

10 - Redução e racionalização de auto-consumos Municipais.	Redução de 10% da despesa com comunicações móveis e fixas, combustível, gás, e energia elétrica.	Durante o ano de 2013 houve a redução operada no consumo de combustíveis foi de cerca de 7%, enquanto que nas comunicações foi de apenas 1%. Os encargos com instalações, nomeadamente o consumo de gás e eletricidade diminuíram 5,39%. Verificando-se uma redução total superior a 10%.
11 - Implementação do Plano de Eficiência Energética da Iluminação Pública.	Valor limite para 2013 - 710.220,00 €.	Valor executado em 2013 -715.148,77 €, sendo ligeiramente superior ao valor estipulado no PSF, evidenciando-se que o tarifário tem tido aumentos consecutivos. Encontra-se em curso a empreitada <i>Redução da Fatura Energética na Rede de Iluminação Pública - Instalação de Reguladores de Fluxo Luminoso</i> . É de destacar que a receita de produção de energia elétrica arrecada pelo Município durante o ano de 2013 foi de cerca de 7.400,00 €.

<p>12 - Decréscimo dos subsídios e transferências em numerário atribuídos a terceiros até ao ano 2017, mantendo-se congelados a partir de 2018.</p>	<p>Valor limite de transferências correntes, de capital e subsídios para 2013 - 2.864.723,00 €</p>	<p>Despesa paga: 04 Transf. Correntes - 3.288.505,55 € dos quais 1.534.120,53 € correspondem a transferências para a empresa Resíduos do Nordeste e 1.160.709,54 € foram transferidos para a AMTQT, devidos pela prestação do serviço de recolha de resíduos sólidos. Salienta-se que 1.317.669,80 € correspondem a faturas destas entidades constantes na relação de faturas a liquidar com o empréstimo de saneamento financeiro, ou seja encargos de anos transatos; 08 Transf. de Capital - 960.963,26 €, das quais 211.596,27 €, correspondem a faturas da empresa Resíduos do Nordeste de anos anteriores, constantes no PSF, e 53.819,85 € foram transferidos para a AMTQT para participação do empréstimo de médio e longo prazo; 05 Subsídios - 143.409,34 €, respeitam a pagamentos de bolsas no âmbito de programas ocupacionais promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional. Nesta conformidade, o valor efetivamente pago a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de atividades de interesse municipal, de natureza social, cultural, desportiva e recreativa é de apenas 1.289.222,62 €, ou seja o valor executado em 2013 foi inferior ao previsto no PSF.</p>
---	--	--

<p>13 - Optimização do desempenho da frota e da função transportes no Município, através da otimização dos recursos, recionalização de custos de manutenção preventiva e corretiva.</p>	<p>Implementação de uma política de execução e manutenção preventiva e corretiva (sempre que possível) por administração direta; Substituição de veículos antigos e obsoletos e centralização do acesso às viaturas, criando uma dinâmica de eficiência e rentabilidade.</p>	<p>Em fase de implementação. No final do ano de 2013 foi configurada a aplicação de máquinas e viaturas como forma de aumentar o rigor na gestão da frota automóvel, foi também adquirida uma viatura para substituição de uma outra que se encontrava obsoleta.</p>
<p>14 - Redução do número de colaboradores no Município, através da não entrada de novos colaboradores para compensar as saídas para aposentação ou outra forma de desvinculação.</p>	<p>Redução de cinco colaboradores, originando uma poupança anual de 57.960,00 €.</p>	<p>Em 2013 verificou-se a saída de 10 trabalhadores, 1 por falecimento, 2 por mobilidade, 2 por termo do contrato e 5 por aposentação. Em contrapartida não houve nenhuma admissão. No entanto, a despesa com pessoal aumentou, em relação a igual período do ano anterior, devido ao pagamento em duodécimos do subsídio de natal conforme O.E. 2013, e reposição do subsídio de férias mediante fiscalização sucessiva do Tribunal Constitucional. Considerando que o aumento total na rubrica de despesas com pessoal foi de cerca de 319.000,00 €, e que o valor de subsídios de férias e natal pagos em 2013 foi de 715.000,00 €, ou seja mais 345.243,26 € que em 2012, resulta uma diminuição nas despesas com pessoal de 26.177,25 €, que somada aos encargos decorrentes do pagamento dos subsídios de férias e natal, nomeadamente encargos com a Segurança social e caixa geral de aposentações (parte de entidade), representam um decréscimo superior ao estipulado no PSF.</p>

<p>15 - Redução do nível de despesa nas rubricas de horas extraordinárias e ajudas de custo em 5% em 2011 e 2,5% nos anos seguintes.</p>	<p>Ajudas de custo - 37.720,38 €; Horas extraordinárias - 36.876,60 €</p>	<p>Valor pago em 2013: Ajudas de custo - 24.857,72 €; Horas extraordinárias - 62.606,01 €, o valor pago em horas extraordinárias ultrapassa o valor previsto no PSF, no entanto estão a ser implementadas medidas mais rigorosas de controlo do trabalho extraordinário, bem como negociação do horário de trabalho em função das necessidades dos serviços, de forma a permitir uma maior rentabilização dos recursos humanos do Município, sendo também de considerar que a redução do n.º de trabalhadores origina uma sobrecarga nos restantes efetivos, que se reflete no aumento do n.º de horas extraordinárias realizadas.</p>
<p>III - Aumento da receita</p>		
<p>16 - Elaborar um plano de rentabilização do património Municipal.</p>	<p>515.000,00 € de receita anual.</p>	<p>A conjuntura económica atual não é favorável à implementação desta medida, pelo que não foi ainda possível a sua concretização.</p>
<p>17 - Aumento da eficiência e eficácia da liquidação e cobrança de receitas.</p>	<p>Impostos indiretos - 98.175,00 €; Taxas - 493.185,00 €</p>	<p>Valor cobrado em 2013: Impostos indiretos - 49.730,77, no entanto existe um valor de receita por cobrar no final de 2013 de 1.174.499,42 € que a Autarquia prevê arrecadar em 2014; Taxas - 257.726,88 €. Salienta-se que a nova Tabela de Taxa do Município, só entrou em vigor em 2014, o que explica o desvio verificado nesta rubrica.</p>
<p>18 - Revisão das taxas municipais suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-as progressivamente do custo da atividade pública local.</p>	<p>Revisão da tabela de taxas e adaptação ao Decreto Lei n.º 48/201, de 1 de abril.</p>	<p>Processo em fase de conclusão no final do ano de 2013, sendo que a nova Tabela de Taxas entrou em vigor em 2014.</p>

<p>19 - Implementação do regulamento do estacionamento tarifado de curta duração.</p>	<p>Receita anual estimada 144.768,00 €.</p>	<p>Encontra-se em curso uma empreitada que engloba a implementação de estacionamento tarifado, designadamente "Recuperação e Qualificação Urbanística da Rua e Avenida das Amoreiras e Avenida dos Bombeiros Voluntários". Salienta-se que o Regulamento do Estacionamento Tarifado de Curta Duração foi aprovado no início de 2014.</p>
<p>20 - Liquidação retroativa (2007 a 2011) das taxas devidas pela ocupação de espaços e liquidação recorrente a partir do exercício de 2012 e seguintes.</p>	<p>750.000,00 em 2011 (retroativamente) e 500.000,00 em 2012 e seguintes.</p>	<p>Valor liquidado em 2011 - 806.335,00 €; Valor liquidado em 2012 - 203.452,00 €; Valor liquidado em 2013 - 203.452,00 €.</p>
<p>21 - Reestruturação da matriz tributária.</p>	<p>Plano de revisão da matriz tributária.</p>	<p>Medida a implementar.</p>
<p>22 - Fixação das taxas do IMI para 2011 em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados nos termos do código do IMI e em 0,6% para os restantes prédios urbanos. Manutenção da taxa de 0,8% para os prédios rústicos.</p>	<p>Valor a cobrar em 2013 - 1.592.890,00 €.</p>	<p>As taxas de IMI fixadas para 2013 são as estipuladas no PSF, em 2013 foi cobrado o montante de 1.784.004,52€, valor superior ao previsto no PSF.</p>
<p>23 - Revisão dos preços municipais (abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos) suportada em fundamentação económico-financeira aproximando-os progressivamente do preço de sustentabilidade.</p>	<p>Revisão dos preços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos.</p>	<p>Revisão de preços em estudo nos termos das recomendações que têm vindo a ser publicadas e que apontam para o equilíbrio do rácio poluidor/pagador, sendo que a Lei n.º 10/2014, de 06 de março, veio conferir à ERSAR a competência legal para determinar os tarifários dos sistemas municipais.</p>

2 – Execução da Receita e Despesa

O Quadro n.º 16 estabelece a comparação entre os valores executados da receita e despesa com os valores previstos no PSF. Pela sua análise podemos concluir que apesar de ter havido um desvio negativo de 2.714.601,73 € face à receita prevista, a despesa paga foi igualmente inferior ao valor previsto no PSF, em 2.951.890,20 €, ou seja superou o défice da execução da receita.

No que respeita à receita corrente, de salientar que a rubrica relativa às taxas, tinha como pressuposto a alteração à Tabela de Taxas do Município, que apenas se concretizou no início do ano de 2014, pelo que o valor cobrado é inferior ao previsto no Plano. O mesmo se verifica para a rubrica de venda de bens e serviços correntes, uma vez que a atualização dos preços da Autarquia, está também prevista nas medidas do PSF, sendo esta uma medida para concretizar em 2014.

No que respeita à venda de bens de investimento, não foi ainda possível alcançar o objetivo traçado na medida n.º 16 do plano, conforme se pode verificar no Quadro n.º 15.

Na Despesa, destaca-se a redução na rubrica de aquisição de bens e serviços correntes e na aquisição de bens de capital que totalizam um redução de 4.632.007,56 € face ao previsto.

As transferências correntes registaram um aumento de 936.807,91 €, que conforme mencionado no Quadro n.º 15, respeita a pagamentos efetuados à AMTQT e à empresa Resíduos do Nordeste, constantes da lista de pagamentos anexa aos contratos de empréstimo do PSF.

Deste conjunto de movimentos resulta um saldo orçamental para a gerência de 2014 de 666.535,27 €, representando mais de metade do valor previsto.

Quadro n.º 16 – Fluxos de Caixa

Descrição	Executado	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Saldo da Gerência Anterior	1.500.370,14	1.500.250,93	100%	119,21
Execução Orçamental	538.798,51	538.798,51	100%	0,00
Operações de Tesouraria	961.571,63	961.452,42	100%	119,21
Receita				
Receita Corrente	17.117.289,77	17.290.928,64	99%	-173.638,87

2.º Relatório Semestral – PSF

01 - Impostos diretos	2.535.659,25	2.457.970,37	103%	77.688,88
02 - Impostos indiretos	49.730,77	79.301,20	63%	-29.570,43
04 - Taxas, multas e outras penalidades	257.726,88	346.457,93	74%	-88.731,05
05 - Rendimentos de propriedade	1.127.747,50	853.188,80	132%	274.558,70
06 - Transferências correntes	10.183.556,41	10.302.282,00	99%	-118.725,59
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.902.607,99	3.118.259,83	93%	-215.651,84
08 - Outras receitas correntes	60.260,97	133.468,51	45%	-73.207,54
Receita de Capital	10.924.330,79	13.466.996,90	81 %	-2.542.666,11
09 - Venda de bens de investimento	3.956,92	515.000,00	1%	-511.043,08
10 - Transferências de capital	3.320.373,87	5.351.835,42	62%	-2.031.461,55
12 - Passivos Financeiros	7.600.000,00	7.600.000,00	100%	0,00
13 - Outras receitas de capital	0,00	161,48	0%	-161,48
Outras Receitas	1.733,25	30,00	5778 %	1.703,25
Receita Orçamental Total	28.043.353,81	30.757.955,54	91 %	-2.714.601,73
Receita Operações de Tesouraria	1.470.229,02	1.166.490,34	126 %	303.738,68

Despesa

Despesa Corrente	21.612.770,45	23.017.394,00	94 %	-1.404.623,55
01 - Despesas com pessoal	6.730.565,11	6.405.446,36	105%	325.118,75
02 - Aquisição de bens e serviços	9.986.522,39	13.251.743,69	75%	-3.265.221,30
03 - Juros e outros encargos	1.356.726,57	772.492,48	176%	584.234,09
04 - Transferências correntes	3.288.505,55	2.351.697,64	140%	936.807,91
05 - Subsídios	143.409,34	153.279,06	94%	-9.869,72
06 - Outras despesas correntes	107.041,49	82.734,77	129%	24.306,72
Despesa de Capital	6.302.846,60	7.850.113,25	80 %	-1.547.266,65
07 - Aquisição de bens de capital	4.311.267,98	5.678.054,27	76%	-1.366.786,29
08 - Transferências de capital	960.963,26	957.860,31	100%	3.102,95
09 - Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00
10 - Passivos financeiros	1.030.615,36	1.214.198,67	85%	-183.583,31
11 - Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00
Despesa Orçamental Total	27.915.617,05	30.867.507,25	90 %	-2.951.890,20
Despesa Operações de Tesouraria	1.466.429,73	1.204.147,68	122 %	262.282,05
Saldo para a Gerência Seguinte	1.631.906,19	1.353.041,88	121 %	278.864,31
Execução Orçamental	666.535,27	429.246,80	155%	237.288,47
Operações de Tesouraria	965.370,92	923.795,08	105%	41.575,84

3 – Balanço

O quadro que se segue apresenta os valores do ativo, fundos próprios e passivo, efetuando a comparação com os valores previstos no PSF. O ativo líquido alcançado foi de 99% do valor previsto.

O passivo do Município é superior ao que tinha sido previsto aquando da elaboração do estudo de saneamento, de realçar que durante o ano de 2013 foram registadas provisões para processos judiciais em curso no montante total de 1.378.419,93 €. Salienta-se ainda que no passivo previsional, não foi considerado nenhum valor para acréscimos de custos, tendo esta rubrica finalizado o ano com o montante de 1.898.798,06 €, este valor respeita à contabilização do valor a pagar em 2014 de subsídios de férias e mês aos trabalhadores, uma vez corresponde a um direito adquirido em 2013 e por conseguinte um custo desse ano, assim como à contabilização de custos de 2013 que apenas foram pagos em 2014, não correspondendo a uma dívida real, mas sim à obediência do princípio da especialização do exercício estipulado no POCAL.

Quadro n.º 17 – Balanço

ACTIVO		Ativo Líquido	Previsto PSF	Grau de	Desvio
	Imobilizado	64.066.674,80	65.095.929,11	98%	-1.029.254,31
	Bens de domínio público	23.733.098,99	23.040.368,36	103%	692.730,63
451	Terrenos e recursos naturais	6.000,00	0,00	0%	6.000,00
452	Edifícios	0,00		0%	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	11.646.336,80	12.677.506,08	92%	-1.031.169,28
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00		0%	0,00
459	Outros bens de domínio público	0,00		0%	0,00
445	Imobilizações em curso	16.117.921,65	15.134.660,84	106%	983.260,81
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	0,00		0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	4.037.159,46	4.771.798,56	85%	-734.639,10
	Imobilizações incorpóreas	228.354,35	202.949,68	113%	25.404,67
431	Despesas de instalação	0,00		0%	0,00
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	7.273,91	0%	-7.273,91
433	Propriedade industrial e outros direitos	0,00		0%	0,00
439	Outras imobilizações incorpóreas	228.354,35	29.095,65	785%	199.258,70
443	Imobilizações em curso	0,00	171.132,60	0%	-171.132,60

2.º Relatório Semestral – PSF

449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	0,00	4.552,48	0%	-4.552,48
	Imobilizações corpóreas	36.322.818,52	38.070.208,13	95%	-1.747.389,61
421	Terrenos e recursos naturais	2.615.729,81	2.636.271,98	99%	-20.542,17
422	Edifícios e outras construções	16.459.818,45	18.950.526,07	87%	-2.490.707,62
423	Equipamento básico	2.366.006,22	1.968.505,88	120%	397.500,34
424	Equipamento de transporte	1.879.929,14	1.877.357,05	100%	2.572,09
425	Ferramentas e utensílios	606.582,24	557.482,99	109%	49.099,25
426	Equipamento administrativo	1.872.331,83	1.815.707,32	103%	56.624,51
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0%	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	328.741,32	694.788,48	47%	-366.047,16
442	Imobilizações em curso	20.013.132,93	19.216.745,89	104%	796.387,04
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas		0,00	0%	0,00
485	Amortizações Acumuladas	9.819.453,42	9.647.177,53	102%	172.275,89
	Investimentos financeiros	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
411	Partes de capital	3.782.402,94	3.782.402,94	100%	0,00
412	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0%	0,00
414	Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0%	0,00
415	Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0%	0,00
441	Imobilizações em curso	0,00	0,00	0%	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0%	0,00
	Circulante	5.086.595,44	4.997.240,00	102%	89.355,44
	Existências	414.565,33	132.760,58	312%	281.804,75
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	414.565,33	89.988,57	461%	324.576,76
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0%	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0%	0,00
33	Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0%	0,00
32	Mercadorias	0,00	42.772,01	0%	-42.772,01
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)	0,00	0,00	0%	0,00
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:	2.323.344,36	3.439.445,51	68%	-1.116.101,15
28	Empréstimos concedidos	0,00	0,00	0%	0,00
211	Clientes c/c	0,00	0,00	0%	0,00
212	Contribuintes c/c	1.408.188,75	1.140.176,11	124%	268.012,64
213	Utentes c/c	74.046,46	299.229,38	25%	-225.182,92
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	266.072,22	266.404,94	100%	-332,72

2.º Relatório Semestral – PSF

251	Devedores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0%	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00	0,00	0%	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00	0,00	0%	0,00
24	Estado e outros entes públicos	68.757,75	81.895,38	84%	-13.137,63
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0%	0,00
	Outros devedores	506.279,18	1.651.739,70	31%	-1.145.460,52
	Títulos negociáveis:	0,00	0,00	0%	0,00
151	Acções	0,00	0,00	0%	0,00
152	Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0%	0,00
153	Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0%	0,00
159	Outros títulos	0,00	0,00	0%	0,00
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0%	0,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:	1.638.968,53	1.353.041,88	121%	285.926,65
12	Depósitos em instituições financeiras	1.636.076,79	1.348.041,88	121%	288.034,91
11	Caixa	2.891,74	5.000,00	58%	-2.108,26
	Acréscimos e diferimentos:	709.717,22	71.992,03	986%	637.725,19
271	Acréscimos de proveitos	682.179,09	0,00	0%	682.179,09
272	Custos diferidos	27.538,13	71.992,03	38%	-44.453,90
	Total Ativo Líquido	69.153.270,24	70.093.169,11	99%	-939.898,87

Fundos Próprio e Passivo		Valor	Previsto PSF	Grau de	Desvio
	Fundos próprios	20.403.558,26	22.940.888,94	89%	-2.537.330,68
51	Património	16.995.510,99	16.663.150,59	102%	332.360,40
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	0,00	0,00	0%	0,00
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00	0%	0,00
	Reservas	1.257.924,52	1.242.834,52	101%	15.090,00
571	Reservas legais	1.110.639,02	1.110.639,02	100%	0,00
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00	0%	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00	0%	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00	0%	0,00
575	Subsídios	95.892,50	95.892,50	100%	0,00
576	Doações	51.393,00	36.303,00	142%	15.090,00
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	0,00	0,00	0%	0,00
59	Resultados transitados	1.728.787,21	3.316.026,48	52%	-1.587.239,27
88	Resultado líquido em exercício	421.335,54	1.718.877,35	25%	-1.297.541,81
	Passivo	48.749.711,98	47.152.280,18	103%	1.597.431,80

2.º Relatório Semestral – PSF

292	Provisões para riscos e encargos	1.378.419,93	0,00	0%	1.378.419,93
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)	15.865.475,63	15.681.892,32	101%	183.583,31
2312	Empréstimos de médio e longo prazo	15.865.475,63	15.681.892,32	101%	183.583,31
227	Fornecedores - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00
268	Credores diversos - contratos futuros	0,00	0,00	0%	0,00
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo	10.281.016,01	10.519.337,16	98%	-238.321,15
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0%	0,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00	0%	0,00
221	Fornecedores c/c	7.487.185,18	7.144.527,59	105%	342.657,59
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	87.280,29	4.046,52	2157%	83.233,77
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00	0%	0,00
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	0,00	0,00	0%	0,00
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	1.228.424,91	901.618,27	136%	326.806,64
24	Estado e outros entes públicos	104.890,24	74.424,55	141%	30.465,69
264	Administração autárquica	0,00	0,00	0%	0,00
	Outros credores	545.006,97	1.587.617,77	34%	-1.042.610,80
	Garantias e Cauções	828.228,42	807.102,46	103%	21.125,96
	Acréscimos e diferimentos:	21.224.800,41	20.951.050,70	101%	273.749,71
273	Acréscimos de custos	1.898.798,06	0,00	0%	1.898.798,06
274	Proveitos diferidos	19.326.002,35	20.951.050,70	92%	-1.625.048,35
	Total dos Fundos Próprios e do Passivo	69.153.270,24	70.093.169,12	99%	-939.898,88

4 – Demonstração de Resultados

A demonstração de resultados foi também projetada no estudo de saneamento financeiro do Município, assim, o Quadro n.º 18 faz a comparação entre os valores alcançados no final de 2013 e os valores traçados no estudo, para o mesmo ano.

Relativamente aos custos e perdas, o seu valor ultrapassou o previsto em 2.656.629,65 €. Salienta-se mais uma vez o valor das provisões para riscos e encargos contabilizados, que não estavam planeados no mapa previsional. Os fornecimentos e serviços externos tiveram também um desvio de 1.227.390,17 € por outro lado as transferências ficaram aquém do previsto em 603.800,53 €.

Do lado dos proveitos e ganhos, destacam-se os proveitos e ganhos operacionais que ultrapassaram o previsto em 1.253.804,43 €, os impostos e taxas também excederam o valor esperado, assim como os proveitos e ganhos extraordinários. O mesmo não aconteceu às vendas e prestações de serviços, cuja receita cobrada foi inferior à conjeturada.

Quadro n.º 18 – Demonstração de Resultados

Descrição	Valor	Previsto PSF	Grau de Execução	Desvio
Custos e Perdas	20.050.494,43	17.393.864,78	115%	2.656.629,65
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	1.491.330,43	1.452.510,87	103%	38.819,56
Fornecimentos e serviços externos	5.151.485,00	3.924.094,83	131%	1.227.390,17
Custos com pessoal	6.394.574,20	6.405.446,36	100%	-10.872,16
Transferências e subsídios	1.901.176,17	2.504.976,70	76%	-603.800,53
Amortizações do exercício	1.120.502,62	1.293.748,46	87%	-173.245,84
Provisões do exercício	1.378.419,93	0,00	0%	1.378.419,93
Outros custos operacionais	60.904,21	82.734,77	74%	-21.830,56
Custos e perdas financeiros	1.166.562,53	772.492,48	151%	394.070,05
Custos e perdas extraordinários	1.385.539,34	957.860,31	145%	427.679,03
Proveitos e Ganhos	20.471.829,97	19.112.742,12	107%	1.359.087,85
Vendas e prestações de serviços	2.096.898,29	3.118.259,83	67%	-1.021.361,54
Impostos e taxas	3.759.454,21	2.883.729,50	130%	875.724,71
Proveitos Suplementares	3.075,44	853.188,80	0%	-850.113,36
Transferências e subsídios obtidos	12.237.261,37	12.123.904,00	101%	113.357,37
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.387.272,94	133.468,51	1039%	1.253.804,43
Proveitos e ganhos financeiros	29.803,60	0,00	0%	29.803,60
Proveitos e ganhos extrordinários	958.064,12	191,48	500347%	957.872,64
Resultado Líquido do Exercício	421.335,54	1.718.877,34	25%	-1.297.541,80

5 – Endividamento

O endividamento do Município de Mirandela em 31 de Dezembro de 2013 era de 20.586.208,47 €, o que representa um excesso face ao limite legalmente estipulado de 5.437.121,47 €. O valor de endividamento líquido projetado no PSF era de 17.719.210,24 €, ou seja menos 2.866.998,23

€ que o valor real, no entanto, como já foi referido, não foram considerados valores para provisões e para acréscimos de custos, que totalizaram em 2013 o montante de 3.277.215,99 €. Salienta-se que as dívidas de curto prazo, apenas superaram o previsto em 238.321,15 €, conforme se pode verificar pelo Quadro n.º 17.

Quadro n.º 19 - Endividamento

Designação	Valor	Previsto	Varição
Total endividamento bancário curto prazo	0,00	0,00	0,00
Empréstimos de curto prazo não amortizados até 31 de Dezembro do ano em causa	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo	15.865.475,63	15.681.892,32	183.583,31
Total endividamento líquido	20.969.276,58	17.554.350,11	3.414.926,47
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento bancário de médio e longo prazo	651.000,00	650.999,94	0,06
Contribuição AM, SM e SEL para o endividamento líquido	-278.006,67	269.538,01	-547.544,68
Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazo excepcionados dos limites de endividamento	105.061,44	104.677,88	383,56
Dívidas à EDP 1988	0,00	0,00	0,00
Capital em dívida de médio e longo prazo a considerar	16.411.414,19	16.228.214,38	183.199,81
Endividamento líquido a considerar	20.586.208,47	17.719.210,24	2.866.998,23

Limites de Endividamento

Designação	Valor
Endividamento de curto prazo	1.211.926,96
Endividamento de médio e longo prazo	12.119.269,60
Endividamento Líquido	15.149.087,00

Situação Face aos Limites

Designação		Valor	Previsto	Varição
Endividamento de médio e longo prazo	Excesso	4.292.144,59	4.108.944,78	183.199,81
	Margem			
Endividamento Líquido	Excesso	5.437.121,47	2.570.123,24	2.866.998,23
	Margem			